



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

Registro: 2017.0000105266

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0001974-19.2016.8.26.0000, da Comarca de Cachoeira Paulista, em que , é investigado EDSON MENDES MOTA (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SILVEIRAS).

ACORDAM, em 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM EXTINTA A PUNIBILIDADE do investigado, em razão da decadência, nos moldes dos artigos 107, IV, segunda figura, do Código Penal. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ALEX ZILENOVSKI (Presidente sem voto), ALMEIDA SAMPAIO E FRANCISCO ORLANDO.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

Silmar Fernandes
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
2ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

Inquérito Policial nº: 0001974-19.2016.8.26.0000
Voto nº: 6172
Comarca: Cachoeira Paulista/ SP
Investigado: Edson Mendes Mota (Prefeito do Município de Cachoeira Paulista – gestão 2017/2020).

INQUÉRITO POLICIAL – Imputação a detentor de prerrogativa de função da suposta prática do crime de ameaça e de crimes contra a honra – Ausência de representação da vítima no que tange à ameaça e de ajuizamento de queixa-crime no que se refere aos crimes contra a honra – Decurso de lapso superior a 06 (seis) meses – Decadência – Ocorrência –DECRETADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO INVESTIGADO, nos termos do artigo 107, IV do Código Penal.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado com o objetivo de apurar eventual prática de crime de ameaça e de crimes contra a honra por Edson Mendes Mota, atual Prefeito de Cachoeira Paulista (fls. 73), em face de Alexandre de Assis Figueiredo.

A douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se no sentido de que seja decretada a extinção da punibilidade do investigado, porquanto se verifica a ocorrência da decadência (fls. 65/68).

É o relatório.

2. Com efeito, razão assiste ao i. representante do

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
2ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

parquet.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o Sr. Alexandre de Assis Figueiredo compareceu a Delegacia de Polícia para noticiar que, em 01 de novembro de 2015, teve ciência de uma carta, supostamente escrita por Edson Mendes Mota, à época Prefeito do Município de Silveiras/SP e endereçada a um de seus clientes, contendo diversos dizeres ofensivos e ameaçadores contra a sua pessoa. Naquela oportunidade, o Sr. Alexandre foi informado acerca do prazo de 06 (seis) meses para representar, em relação ao crime de ameaça, e da existência de igual prazo para ajuizamento de queixa-crime quanto aos crimes contra a honra (vide fls. 05) e, não obstante, preferiu não se manifestar na ocasião.

A Sra. Lucinda Eklund de Assis Figueiredo, esposa do Sr. Alexandre, ouvida aos 06 de novembro de 2015, relatou que a carta também continha dizeres ofensivos contra a sua pessoa e, igualmente, foi informada acerca do prazo de 06 (seis) meses para ajuizamento de queixa-crime (vide fls. 12).

Pois bem.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o delito previsto no artigo 147 do Código Penal somente se procede mediante representação, conforme estabelecido no parágrafo único do referido dispositivo. E, compulsando-se os autos, verifica-se que o Sr. Alexandre, embora cientificado da necessidade de oferecer representação dentro do prazo decadencial (art. 38 do CPP), não o fez, deixando transcorrer *in albis* referido prazo.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
2ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

Em relação aos crimes contra a honra em tese praticados pelo investigado, em se tratando de crimes de ação penal de iniciativa privada (art. 145 do CP), à luz do quanto certificado às fls. 61, tem-se que o Sr Alexandre e sua esposa Lucinda não ingressaram com a respectiva queixa-crime no prazo legal de 06 meses (art. 38 do CPP), decaindo, por consequência, do direito de ação.

Assim, haja vista o decurso do prazo para representação e ajuizamento de queixa-crime, de rigor a extinção da punibilidade do investigado, nos termos do artigo 107, IV do Código de Processo Penal.

3. Ante o exposto, pelo meu voto, **JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE** do investigado, em razão da decadência, nos moldes dos artigos 107, IV, segunda figura, do Código Penal.

SILMAR FERNANDES
Relator